

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SAMUEL BASÍLIO FILHO

**ESTUDO DOS INDICADORES FINANCEIROS E DAS CONTAS PATRIMONIAIS
NA GESTÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA PREFEITURA DE CRICIÚMA-SC**

CRICIÚMA

2023



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



SAMUEL BASÍLIO FILHO

**ESTUDO DOS INDICADORES FINANCEIROS E DAS CONTAS PATRIMONIAIS
NA GESTÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA PREFEITURA DE CRICIÚMA-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Manoel Vilsonei Menegali

CRICIÚMA

2023



SAMUEL BASÍLIO FILHO

**ESTUDO DOS INDICADORES FINANCEIROS E DAS CONTAS PATRIMONIAIS
NA GESTÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA PREFEITURA DE CRICIÚMA-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Governamental.

Criciúma, 23 de junho de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Manoel Vilsonei Menegali - Especialista (Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC) – Orientador

Prof. Luciano da Rocha Ducioni - Especialista - (Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC)

Prof. Ana Paula Silva Santos – Mestra (Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC)



**A Deus, família, amigos, e a todos que
contribuíram para este momento.**



AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo incentivo, paciência e compreensão, meu sincero agradecimento por serem meu porto seguro.

Aos meus amigos, que estiveram presentes nos piores momentos, me encorajando e proporcionando momentos de descontração, sou grato por compartilharem essa caminhada comigo.

Agradeço aos professores Manoel Vilsonei Menegali e Anderson Correa Benfatto. Suas orientações, conhecimentos e dedicação foram essenciais para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho. A paciência, encorajamento e as valiosas contribuições ajudaram a moldar meu trabalho acadêmico.

Por fim, agradeço a Deus por me conceder sabedoria, força e orientação durante todo o processo.



ESTUDO DOS INDICADORES FINANCEIROS E DAS CONTAS PATRIMONIAIS NA GESTÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA PREFEITURA DE CRICIÚMA-SC

Samuel Basílio Filho¹

Manoel Vilsonei Menegali²

RESUMO: A transparência na gestão pública é considerada um dos pilares fundamentais para um governo democrático. A divulgação de informações pelos órgãos públicos é de interesse da sociedade todo, garantindo uma tomada de decisões mais informada e a prestação de contas efetiva. Observou-se que a maioria dos estados brasileiros enfrentou uma queda significativa na arrecadação tributária e, conseqüentemente, um aumento do endividamento. Diante desse contexto, este estudo visa analisar o comportamento dos indicadores financeiros e das contas patrimoniais da Prefeitura de Criciúma-SC. A pesquisa foi realizada por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), onde foram analisadas as demonstrações contábeis do período de 2014 a 2022 da Prefeitura de Criciúma-SC. O estudo dos indicadores financeiros e contas patrimoniais na gestão pública é crucial para compreender a situação financeira e patrimonial de instituições públicas, como a Prefeitura de Criciúma-SC. A análise desses indicadores revelou eficiência na utilização de recursos, controle de ativos e passivos, exigindo monitoramento constante, capacitação dos profissionais envolvidos e compromisso com eficiência, transparência e responsabilidade na gestão pública.

PALAVRAS-CHAVE: Transparência, indicadores financeiros, contas patrimoniais, gestão pública.

ÁREA TEMÁTICA: Tema 03 – Contabilidade Governamental

1 INTRODUÇÃO

Um dos pilares da chamada “Nova Contabilidade Pública” é a transparência em relação às informações utilizadas tanto na tomada de decisões, fazendo da transparência um dos principais fundamentos de um governo democrático (SILVA, 2011). A transparência pública é fundamental não apenas na esfera pública, mas as informações apresentadas e divulgadas pelos órgãos públicos são de interesse de toda a sociedade. (SANTOS; MOTA, 2020).

Silva et al. (2020), afirmaram, por estudo prévio, que haveria um impacto negativo nas finanças do Estado, influenciadas pelas medidas sanitárias a serem impostas no enfrentamento da Covid-19, gerando assim uma insuficiência na

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Especialista, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



arrecadação que supre as necessidades básicas de sua população, e consequentemente no endividamento dos entes governamentais.

Segundo Dotto et al. (2021), através de seu estudo, foi possível concluir que a maioria dos estados brasileiros sofreram uma queda significativa na arrecadação tributária após o início da pandemia, representando o percentual de 96,30% os estados brasileiros que tiveram queda, o que ocasionou um aumento do endividamento na maioria dos estados brasileiros, além da redução de liquidez em boa parte dos estados.

Diante deste contexto, este estudo pretende responder o seguinte questionamento: como se comportaram os indicadores de endividamento e liquidez, e as contas patrimoniais da prefeitura de Criciúma, Santa Catarina?

O presente estudo terá por objetivo principal analisar o comportamento dos indicadores de endividamento, liquidez e das contas patrimoniais da prefeitura de Criciúma, Santa Catarina. Como objetivos específicos, têm-se; 1) Coletar e tabular os dados contábeis e financeiros; 2) representar por meio de indicadores o desempenho financeiro; e por fim, 3) analisar a situação das contas patrimoniais.

O estudo justifica-se, pois o trabalho é importante para a comunidade em geral, por meio dele será possível observar dados de difícil compreensão alocados e organizados de uma forma simples e objetiva. Do ponto de vista teórico, o estudo justifica-se, pois agrega análise de dados científicos pouco explorados pela comunidade científica até então pela contemporaneidade dos acontecimentos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O ESTADO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para ser possível entender a execução da Administração Pública pelo Estado, é necessária a real compreensão do que se entende por Estado. De acordo com Matias-Pereira (2018), a definição Estado não pode ser considerada precisa no âmbito das ciências políticas, pois pode haver confusão entre o que se entende por Estado e governo.

O conceito de Estado pode ser definido como um conjunto de órgãos e organizações que se isolam da sociedade a fim de promover a organização dela. Através de seus órgãos de decisão e execução, o estado é responsável pelo conjunto de normas e regras que definem a vida da sociedade, e é responsável pela aplicação dessas regras (COSTIN, 2010).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF) determina o que se entende por Estado:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

O Estado é composto pelos seus três poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O poder Legislativo é o responsável pela elaboração de leis e regras que regem a vida social. O Executivo tem por função a imposição e execução dessas leis.



O Judiciário tem por finalidade o julgamento da aplicação das leis e regras vigentes (COSTIN, 2010).

A administração pública, segundo Costin (2010), é definida pelo conjunto de órgãos e organizações dos três poderes de um Estado que prestam serviço à sociedade no momento histórico considerado, seja de forma direta ou indireta. Para um governo com interferência mínima na sociedade, a administração pública será reduzida e limitada a prestação de serviços básicos à sociedade. Ou seja, a administração pública está condicionada ao modelo de governo adotado.

Para Alves (2017), a administração pública tem como principal função, coletiva e exclusivamente, o atendimento dos interesses dos seus cidadãos, buscando, por meio de seus instrumentos, o necessário para a sua população.

Conforme Hely Lopes Meirelles, “a Administração é o instrumental de que dispõe o Estado para pôr em prática as opções políticas de governo.” (Meirelles, 1993, p. 56–61).

Conforme a Constituição Federal no artigo 37 (BRASIL, 1988), a administração pública, para o exercício de seus deveres perante a sociedade, deve direcionar suas ações seguindo seus princípios. São eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O Estado, através de seus três poderes, exerce a administração pública por dois métodos: Administração Direta e Administração Indireta. A Administração Direta, através do vínculo que possui com o Poder Executivo, é composta pelos serviços prestados diretamente pela base administrativa do Estado. Já a Administração Indireta, se trata de uma ação administrativa do Estado, mas designada por ele a uma organização por ele gerada. Na Administração Indireta, o Estado, de forma descentralizada, garante seus objetivos administrativos (ALVES, 2017).

Segundo Alves (2017), compete ao Poder Executivo a ordenação da Administração Pública. A Administração Pública pode ser Direta ou Indireta. A Administração Direta, também chamada de Administração Centralizada, possui vínculo direto com o Poder Executivo, e é composta pela base administrativa dos três poderes, executivo, legislativo e Judiciário. Já a Administração Indireta ou

Descentralizada, é representada por um serviço público no qual o órgão público transporta a realização do mesmo para uma organização gerada por ele, a fim de atender a demanda da sociedade, satisfazendo seus objetivos administrativos.

A Administração Direta é composta pela estrutura administrativa dos três poderes, bem como seus ministérios, secretarias estaduais e/ou municipais, todos com suas respectivas divisões.

2.2 PLANO PLURIANUAL, LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A base de uma boa Administração Pública, é planejamento de ações que o órgão deve realizar a fim de suprir as necessidades da sociedade. O planejamento é a função administrativa responsável por determinar quais os objetivos, orçamento e ações necessárias para realizá-los (CASTRO, 2018).

Ainda segundo Castro (2018), o planejamento se inicia determinando os objetivos, com a formação do programa de governo, e o detalhamento das ações necessárias para que os objetivos sejam alcançados e cumpridos. Do ponto de vista administrativo, existem três tipos de planejamento: o planejamento estratégico, que é um planejamento amplo da entidade ou órgão; o planejamento tático, que envolve as



áreas departamentais; e o planejamento operacional, onde são estabelecidas cada ação a ser tomada pelo governo.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) através do seu Artigo 165, institui o PPA (Plano Plurianual), a LOA (Lei Orçamentária Anual) e LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias), onde foi publicado que as “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais.” (Brasil, 1988).

O Plano Plurianual é realizado no primeiro ano de mandato governamental, tem vigência até o final do primeiro ano de mandato subsequente, e conforme a Constituição Federal de 1988 (CF/88), no Artigo 165, § 1º, determina que:

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. (BRASIL, 1988, Art. 165)

De acordo com Araújo (2020), o Plano Plurianual ordena quais as ações a serem tomadas pelo governo para serem alcançadas as metas e objetivos em um período de quatro anos, ou seja, a médio prazo. Além disso, o Plano Plurianual não permite que nenhum investimento que tenha sua execução em mais de um período financeiro seja feito sem que haja a inclusão no mesmo, ou que tenha lei estabelecida para o investimento.

A Lei das Diretrizes Orçamentárias é a lei em que são baseados os orçamentos anuais de um governo, para que se adeque ao que foi estabelecido no Plano Plurianual. Compõe a Lei das Diretrizes Orçamentárias todos os orçamentos anuais de um governo, incluindo o orçamento fiscal, das empresas estatais e da seguridade social (ARAÚJO, 2020).

Também estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), no Artigo 165, onde o § 2º determina que:

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (BRASIL, 1988, Art. 165)

Araújo (2020) ainda ressalta que a Lei das Diretrizes Orçamentárias define as prioridades e objetivos da Administração Pública definidos no Plano Plurianual, compreendendo as despesas para o exercício financeiro subsequente, a orientação para elaboração da Lei Orçamentária Anual, a disposição de alterações na legislação tributária, o estabelecimento da política de aplicação das instituições financeiras e de fomento e a definição das regras de gastos com pessoal.

A Lei das Diretrizes Orçamentárias, conforme argumentado por Castro (2018), deve fazer a articulação entre o Plano Plurianual e o orçamento definido, propiciando coerência nas ações do governo ao longo do tempo, deixando de forma explícita suas intenções e delimitando o orçamento para intervenções dos parlamentares.

A Lei Orçamentária Anual tem por objetivo tornar as ações planejadas no Plano Plurianual viáveis, transformando-as em realidade. A Lei Orçamentária Anual deve ser elaborada conforme o estabelecido no Plano Plurianual, na Lei das Diretrizes



Orçamentárias, além do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (ARAÚJO, 2020).

Castro (2018) argumenta que a Lei Orçamentária Anual deve respeitar os princípios orçamentários, definidos pela legislação, e são eles: anualidade, discriminação, equilíbrio, exclusividade, legalidade, não vinculação das receitas de Impostos, Orçamento bruto, transparência, Unidade, e Universalidade.

Também definido por lei, através da Constituição Federal de 1988, a Lei Orçamentária Anual compreende: o orçamento fiscal, onde é incluído o plano de ação fiscal para os poderes da União, abrangendo todos os seus órgãos, entidades da administração direta e indireta, fundos, e fundações constituídas pelo Poder Público; o orçamento de investimento, onde são detalhados os investimentos das empresas em que o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento da seguridade social, que abrange todos os órgãos governamentais, da administração direta e indireta, incluindo fundações e fundos mantidos pelo Estado (BRASIL, 1988).

2.2.1 Receita pública

A receita é um termo usado no mundo todo para definir uma variação da situação líquida patrimonial positiva que pode ser resultado do aumento do ativo ou redução do passivo de uma entidade. Na contabilidade geral, a receita é definida pela entrada de elementos no ativo por venda de mercadorias, prestação de serviços, etc., ou a redução dos passivos. (ARAÚJO, 2020).

Araújo (2020), destaca que as receitas públicas são classificadas em receitas orçamentárias e receitas extraorçamentárias. As receitas orçamentárias são as receitas com origem no orçamento, e podem ser elas oriundas de tributos, rendas, transferências, alienações e outras receitas, e podem ser segregadas em despesas, receitas correntes ou receitas de capital.

As receitas correntes são as receitas consideradas efetivas, ou seja, provoca variação patrimonial, com origem na arrecadação de impostos, contribuições, e outros recebimentos de pessoas jurídicas.

Já as receitas de capital são as receitas não efetivas, pois não provocam variação patrimonial, e podem ter origem, dentre outros, nas operações de créditos, alienação de bens e amortização de empréstimos. Já as receitas extraorçamentárias são constituídas por toda receita que não esteja no orçamento do Estado, mas que ele tenha direito. Ou seja, detém a posse, mas não a propriedade.

2.2.2 Despesa pública

O conceito de despesa, na contabilidade geral, é definido pelo consumo de um bem ou serviço utilizado para a posterior geração de receitas. Já na esfera pública, a despesa pública é definida pelo compromisso de gasto ou o gasto de recursos públicos, para a satisfação das necessidades da sociedade previstas na Lei Orçamentária.

A despesa pública pode ser definida como despesa financeira, onde são destinados recursos para a manutenção da máquina pública, seguridade social e investimentos públicos, ou pode ser definida como despesa econômica, onde são utilizados recursos para a realização de ações que atendam às finalidades constitucionais do Estado.



Assim como as receitas públicas, as despesas são segregadas em despesas orçamentárias e extraorçamentárias. (ARAÚJO, 2020).

Para a contabilidade pública, Piscitelli (2019) afirma que a despesa pública é o gasto ou aplicação de recursos do patrimônio público, reduzindo a disponibilidade e com o reconhecimento dessa obrigação.

2.3 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, registrados em contas de compensação.

A Lei n.º 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa, ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), a estrutura da demonstração (prevista inicialmente no anexo 14 da Lei n.º 4.320/1964) foi alterada pela Portaria STN n.º 438/2012.

2.3.1 Indicadores de Liquidez e de endividamento

Segundo Silva (2017), os indicadores de liquidez avaliam a capacidade financeira de uma entidade para saldar seus compromissos financeiros, ou seja, avaliam seu grau de solvência. A Liquidez Imediata, também conhecida como Liquidez Instantânea, indica a capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo, contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos, e, quanto maior o índice, melhor para a entidade.

A liquidez corrente, também chamada de liquidez comum, demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.), e, quanto maior o índice, melhor para a entidade. (SILVA, 2017).

A liquidez seca, também conhecida como prova ácida, demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem considerar seus itens não monetários, como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face às suas obrigações de curto prazo, e, quanto maior o índice, melhor para a entidade. A liquidez geral, também chamada de índice de solvência geral, é uma medida da capacidade da entidade em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazos, e, quanto maior o índice, melhor para a entidade (SILVA, 2017).

Segundo Silva (2017), uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro, e, quanto maior o índice, melhor para a entidade.

Figura 1: Fórmulas dos indicadores de liquidez e endividamento

Índice	Fórmula	Indica	Decisão
2 Indicadores de Liquidez			
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui de disponibilidades para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui de ativos de curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	Quanto a empresa possui de ativos de curto e longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívida com terceiros de curto e longo prazos.	Quanto maior, melhor.
Indicadores de Endividamento			
Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	Quanto a empresa possui de dívidas de curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total.	Quanto menor, melhor.
Endividamento Total	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$	Quanto a empresa possui de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de ativo total.	Quanto menor, melhor.
Endividamento com Terceiros	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Quanto a empresa possui de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio.	Quanto menor, melhor.

Fonte: adaptado de Bombazar e Ritta (2015, p. 29)

Os indicadores de estrutura de capital, também conhecidos como indicadores de endividamento, são responsáveis por medir o nível da imobilização de uma entidade, ou seja, demonstram as decisões da entidade na obtenção e aplicação de recursos (SILVA, 2020).

Esse índice demonstra o grau de endividamento total da entidade. Reflete também a sua estrutura de capital, e quanto menor o índice, melhor para a entidade. A composição de endividamento representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Geralmente é melhor para a entidade que suas dívidas sejam de longo prazo, e quanto menor o índice, melhor para a entidade (SILVA, 2020).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos que serão utilizados no desenvolvimento desta pesquisa, assim como os procedimentos para a coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto ao enquadramento metodológico, no que diz respeito à abordagem do problema, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois, segundo Freitas et al. (2015), a pesquisa qualitativa se caracteriza pelo entendimento dos processos estudados pela descrição e interpretação do pesquisador, promovendo análise, possibilidade de discussão e problematização dos fatos.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois, segundo Nunes et al. (2016), uma pesquisa descritiva tem um caráter observacional, onde há a comparação de dois, um ou mais grupos similares, sem que haja a

interferência direta do pesquisador nos resultados apurados, visando a identificação e análise dos fatores que se relacionam com o processo ou fenômeno visando proporcionar uma nova perspectiva sobre uma realidade já conhecida.

Quanto às estratégias, esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa documental. A pesquisa documental, conforme Gerhard e Silveira (2009), é a pesquisa realizada por documentos científicos autênticos, ou seja, não fraudados, das mais diversas fontes, a fim de descrever e comparar os fatos.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

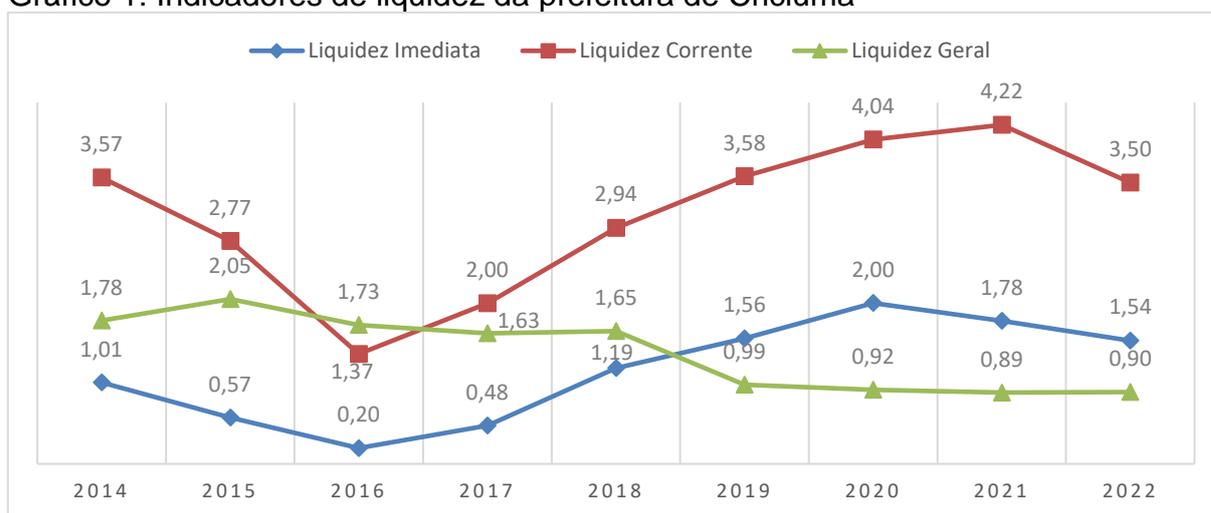
Os dados foram coletados por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). O SICONFI foi desenvolvido pelo Tesouro Nacional em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Abrangendo o período de 2014 a 2022, os dados foram das contas dos registros contábeis dos relatórios contábeis de Propósito Geral da Entidade do Setor Público (RCPG), ou seja, os demonstrativos contábeis aplicados às entidades do setor público, balanço patrimonial, anexos, receitas e despesas orçamentárias, da prefeitura de Criciúma, SC.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 BLOCO 1 – INDICADORES DE LIQUIDEZ DA PREFEITURA DE CRICIÚMA

Segue abaixo a análise dos indicadores de liquidez imediata, corrente e geral da prefeitura de Criciúma por meio do Gráfico 1.

Gráfico 1: Indicadores de liquidez da prefeitura de Criciúma



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao fazer a análise do Gráfico 1, que demonstra a capacidade de pagamento da prefeitura de Criciúma a curto e longo prazo, podemos perceber uma semelhança entre o comportamento dos indicadores de liquidez imediata (LI) e liquidez corrente (LC), pois ambos apresentaram aumentos e quedas nos mesmos períodos, enquanto o índice de liquidez geral (LG) teve um comportamento diferente dos demais.

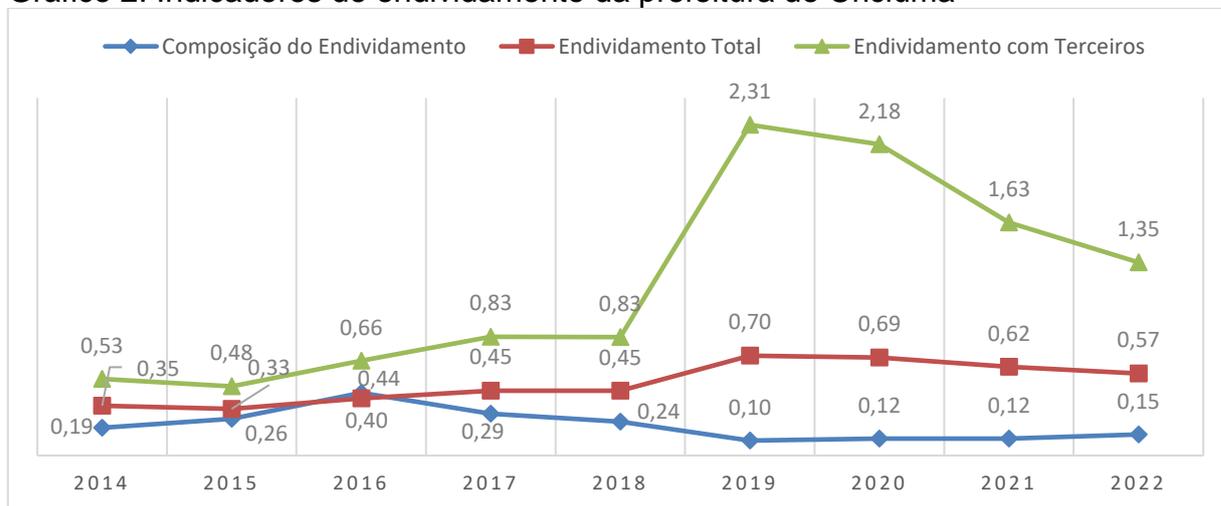
O índice de liquidez geral (LG) no ano de 2022 foi de 0,90, representando uma variação negativa de 49,94%, em comparação com o índice de 1,78 no ano de 2014. Ou seja, no ano de 2022, para cada R\$ 1,00 de dívidas a curto e longo prazo, a prefeitura apresenta R\$ 0,90 de ativos a curto e longo prazo disponíveis.

Em relação aos índices de liquidez imediata (LI) e liquidez corrente (LC), a prefeitura de Criciúma teve uma queda em ambos os índices nos anos de 2014 a 2016, e um aumento considerável nos índices a partir do ano de 2017, apresentando o índice liquidez imediata (LI) de 1,54, e índice de liquidez corrente (LC) de 3,50.

4.2 BLOCO 2 – INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO DA PREFEITURA DE CRICIÚMA

A seguir, a análise dos indicadores de endividamento da prefeitura de Criciúma, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2: Indicadores de endividamento da prefeitura de Criciúma



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

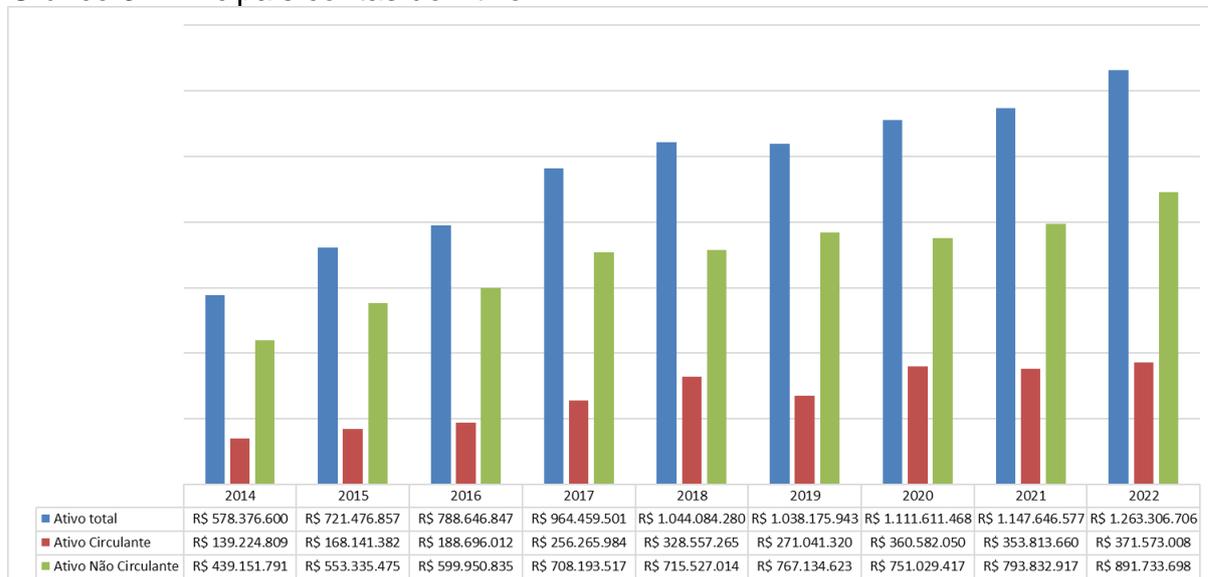
Ao realizarmos a análise dos indicadores de endividamento da prefeitura de Criciúma, podemos observar que, de 2014 a 2018, os três indicadores se mantiveram estáveis, sem grandes alterações. Porém, a partir do ano de 2019, foi possível observar algumas mudanças significativas nos indicadores. O índice de endividamento com terceiros representou um aumento de 178,31% do ano de 2018 para o ano de 2019, onde os índices foram 0,83 e 2,31, respectivamente.

Em relação aos índices de endividamento total e composição do endividamento, não houve mudanças significativas durante o período abrangido pela pesquisa. O índice de endividamento total teve uma variação positiva de 62,86% nos anos de 2014 a 2022, onde foram registrados os índices de 0,35 e 0,57 respectivamente. A composição do endividamento registrou poucas mudanças significativas durante o período, onde no ano de 2014 e 2022 foram registrados os índices de 0,19 e 0,15 respectivamente.

4.3 BLOCO 2 – ATIVO

Segue análise das principais contas do Ativo, realizados através dos Gráficos 3 e 4, e dos Quadros 1 e 2:

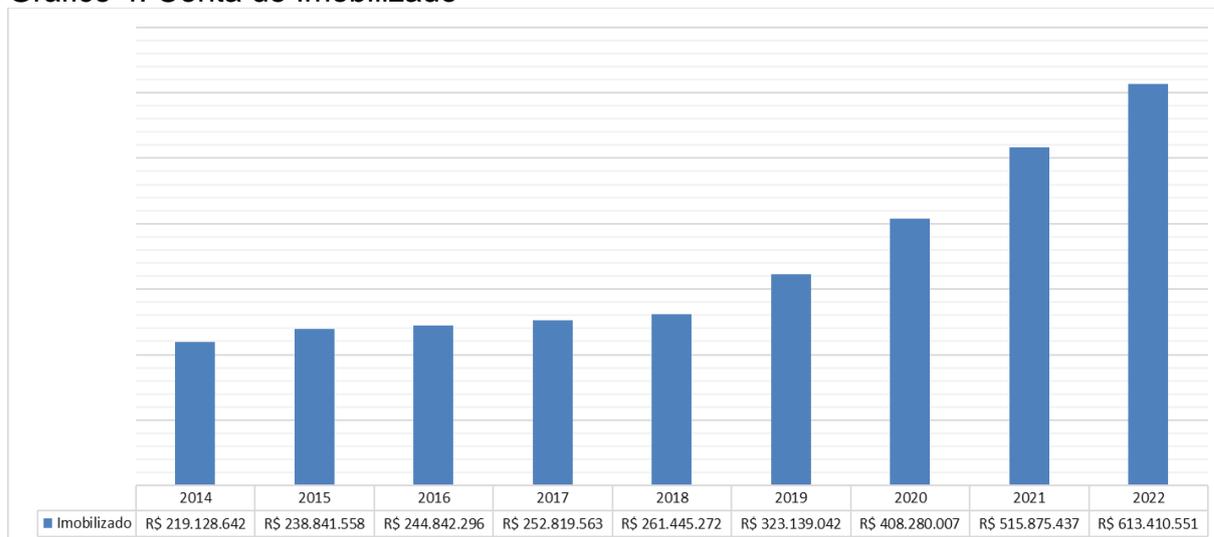
Gráfico 3: Principais contas do Ativo



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Em relação às principais contas do Ativo, percebe-se um crescimento constante nas contas patrimoniais durante o período analisado, onde a conta do Ativo Circulante permaneceu com valores inferiores à conta do Ativo Não Circulante durante todo o período analisado.

Gráfico 4: Conta de Imobilizado



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Em relação à conta de imobilizado, percebem-se dois comportamentos em relação à variação dos valores da conta. Nos anos de 2014 a 2017, a conta sofreu uma variação positiva de 15,37%, enquanto nos anos de 2018 a 2022, a conta sofreu uma variação positiva de 134,62%, passando de R\$ 219.128.642 em 2014 para 613.410.551 em 2022.

Quadro 1: análise horizontal das principais contas do ativo

Conta pública	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2014-2022	Média 2014-2022
Ativo	25%	9%	22%	8%	-1%	7%	3%	10%	118%	11%
Ativo Circulante	21%	12%	36%	28%	-18%	33%	-2%	5%	167%	14%
Ativo Não Circulante	100%	8%	18%	1%	7%	-2%	6%	12%	100%	19%
Imobilizado	9%	3%	3%	3%	24%	26%	26%	19%	180%	14%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao realizar a análise horizontal das principais contas do ativo, destaca-se a variação na conta de imobilizado, onde registrou uma variação positiva de 180%, correspondente a uma variação média de 14%, do ano de 2014 a 2022.

Quadro 2: análise vertical das principais contas do ativo

Conta pública	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ativo	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo Circulante	24%	23%	24%	27%	31%	26%	32%	31%	29%
Ativo Não Circulante	76%	77%	76%	73%	69%	74%	68%	69%	71%
Imobilizado	38%	33%	31%	26%	25%	31%	37%	45%	49%

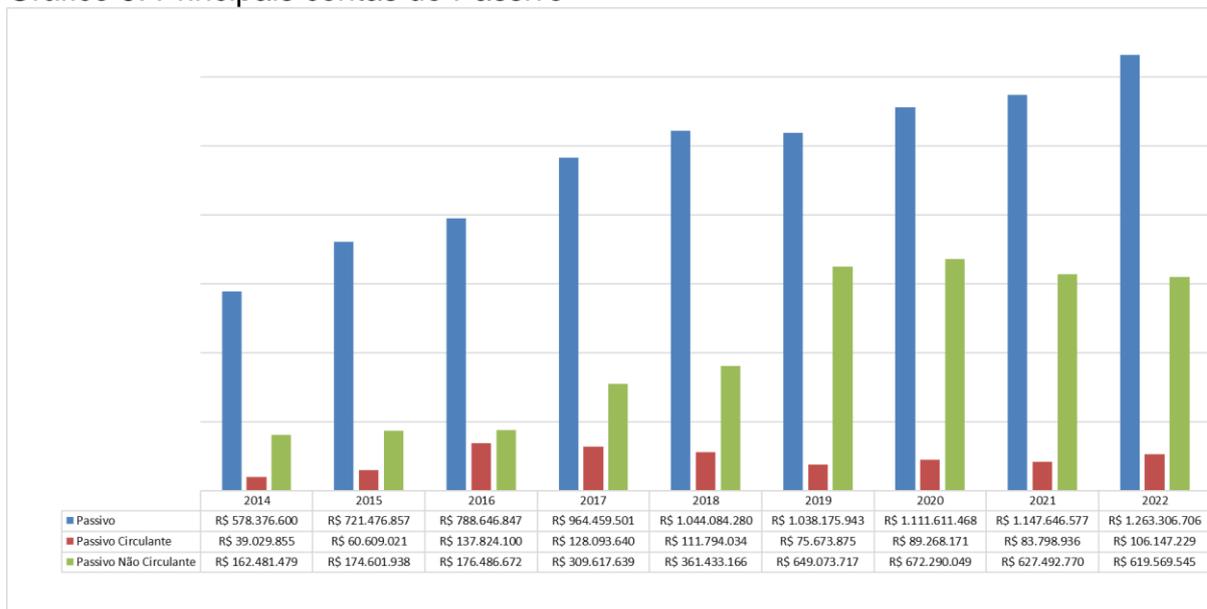
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Realizando a análise vertical das principais contas do ativo, é possível perceber o crescimento da conta de imobilizado, onde no ano de 2014 representa 38% do total da conta de ativo não circulante, enquanto no ano de 2022 representa 49%.

4.4 BLOCO 3 – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A seguir, a análise das principais contas do passivo e patrimônio líquido, realizada através do Gráfico 5, Gráfico 6 e Gráfico 7, e através do Quadro 3 e Quadro 4.

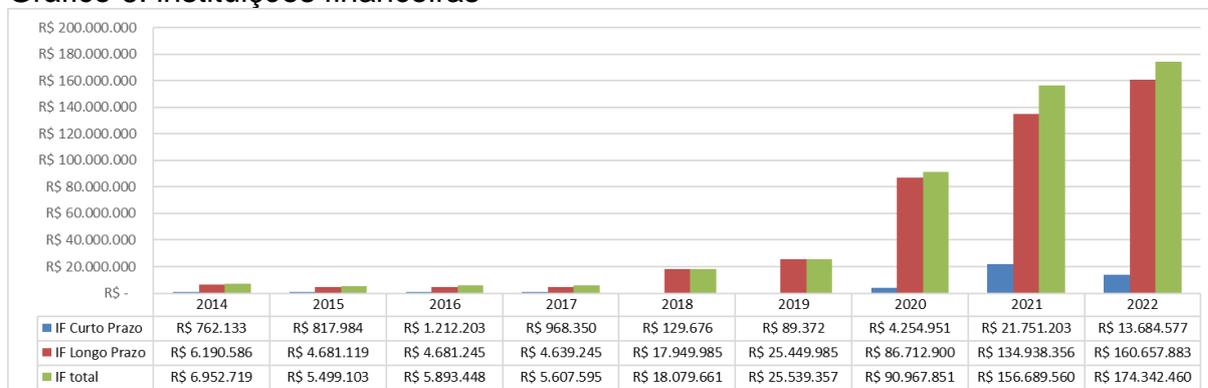
Gráfico 5: Principais contas do Passivo



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao analisarmos as principais contas do passivo, podemos observar que houve uma constante crescente na conta do passivo, embora as contas de passivo circulante e passivo não circulante não registraram crescimento constante.

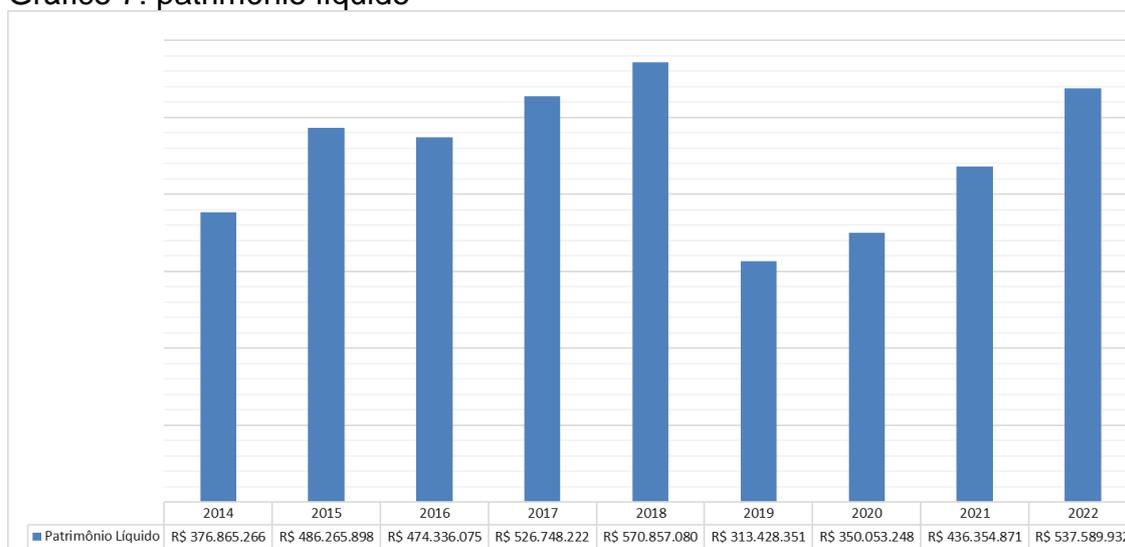
Gráfico 6: instituições financeiras



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao analisarmos as contas de instituições financeiras, percebemos um aumento significativo a partir do ano de 2018.

Gráfico 7: patrimônio líquido



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao realizarmos a análise do Gráfico 7, podemos perceber que a conta de patrimônio líquido teve um constante crescimento do ano de 2014 a 2018, no período de 2018 para 2019 houve uma queda significativa nos valores, e, a partir de 2019 houve novamente uma constante crescente nos valores da conta de patrimônio líquido.

Quadro 3: Análise horizontal das principais contas do patrimônio líquido

Conta pública	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2014-2022	Média 2014-2022
Passivo	25%	9%	22%	8%	-1%	7%	3%	10%	118%	11%
Passivo Circulante	55%	127%	-7%	-13%	-32%	18%	-6%	27%	172%	21%
Passivo Não Circulante	7%	1%	75%	17%	80%	4%	-7%	-1%	281%	22%
IF - Curto prazo	7%	48%	-20%	-87%	-31%	4.661%	411%	-37%	1.696%	619%
IF - Longo prazo	-24%	0%	-1%	287%	42%	241%	56%	19%	2.495%	77%
Patrimônio Líquido	29%	-2%	11%	8%	-45%	12%	25%	23%	43%	8%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao analisarmos o Quadro 3, podemos perceber que a conta de instituições financeiras a curto prazo teve um aumento significativo de 2014 a 2022, representando uma variação positiva de 619 durante o período. Destaca-se que do ano de 2019 ao ano de 2020 a conta de instituições financeiras a curto prazo teve uma variação positiva de 4.661%.

Podemos constatar também que a conta de instituições financeiras a longo prazo teve uma variação significativa de 2014 a 2022, representando um aumento de 77% durante o período. Destaca-se que no ano de 2020 a conta registrou uma variação positiva de, 241%, em relação ao ano de 2019.

Quadro 4: Análise vertical das principais contas do patrimônio líquido

Conta pública	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Passivo	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Passivo Circulante	7%	8%	17%	13%	11%	7%	8%	7%	8%
Passivo Não Circulante	28%	24%	22%	32%	35%	63%	60%	55%	49%
IF - Curto prazo	0,13%	0,11%	0,15%	0,10%	0,01%	0,01%	0,38%	1,90%	1,08%
IF - Longo prazo	1,07%	0,65%	0,59%	0,48%	1,72%	2,45%	7,80%	11,76%	12,72%
Patrimônio Líquido	65%	67%	60%	55%	55%	30%	31%	38%	43%

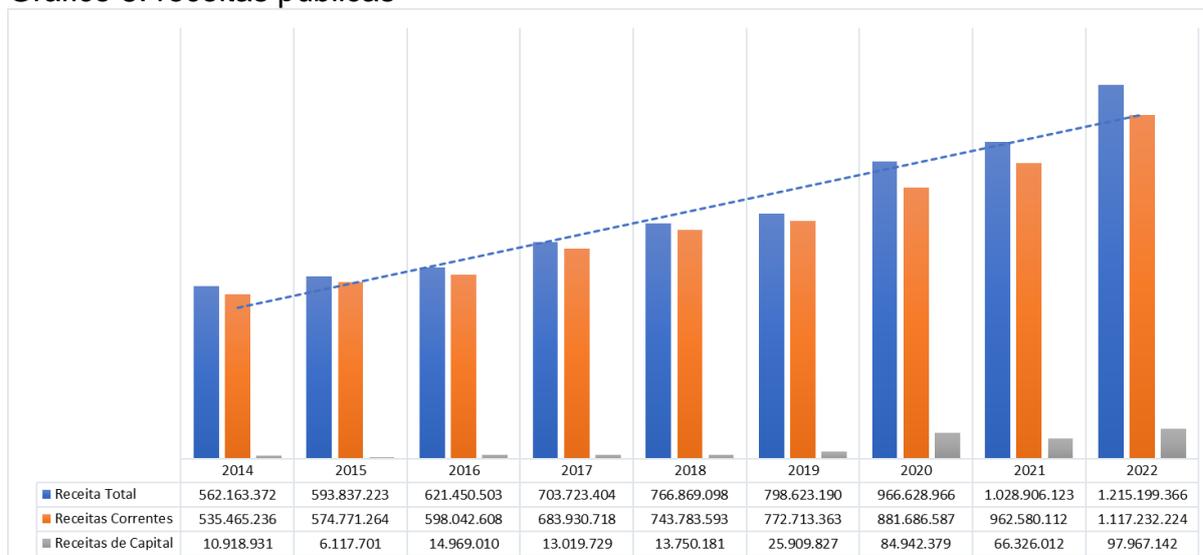
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao realizar a análise do Quadro 4, podemos constatar um aumento significativo da representação do passivo não circulante perante o passivo total. Observa-se que no ano de 2014 o passivo não circulante representa 28% do valor do passivo total, e no ano de 2022, essa representação é de 49%. Destaca-se também que a conta de instituições financeiras a longo prazo teve um aumento significativo, passando de 1,07% do valor do passivo não circulante em 2014, para 12,72% em 2022.

4.5 BLOCO 5 – RECEITAS PÚBLICAS

Em seguida, faremos a análise das principais receitas públicas, através do Gráfico 8, quadro 5 e Quadro 6.

Gráfico 8: receitas públicas



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

A partir da análise do Gráfico 8, onde são demonstradas as receitas totais, receitas correntes e receitas de capital do ano de 2014 a 2022, é possível observar que há uma constante crescente nos valores das receitas públicas.

Quadro 5: análise horizontal das receitas públicas

Conta pública	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2014-2022	Média 2014-2022
Receita Total	6%	5%	13%	9%	4%	21%	6%	18%	116%	10%
Receitas Correntes	7%	4%	14%	9%	4%	14%	9%	16%	109%	10%
Impostos	-17%	41%	15%	40%	1%	8%	27%	14%	197%	16%
IPTU	5%	16%	17%	63%	-3%	3%	19%	356%	1.176%	60%
ITBI	-35%	79%	17%	6%	19%	14%	32%	-100%	-100%	4%
ISQN	-12%	30%	22%	39%	-3%	9%	31%	-100%	-100%	2%
Taxas	90%	-27%	-1%	15%	23%	0%	21%	12%	163%	17%
Transferências Correntes	7%	7%	6%	13%	3%	19%	3%	15%	99%	9%
Receitas de Capital	-44%	145%	-13%	6%	88%	228%	-22%	48%	797%	54%
Operações de Crédito	-100%	0%	0%	0%	0%	773%	-35%	22%	7.893%	0%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao analisarmos o Quadro 5, é possível destacar que a conta de impostos em 2022 teve uma variação positiva de 197% em comparação com o ano de 2014. Destaca-se a variação positiva da conta IPTU em 2022, em comparação ao ano de 2021, registrando uma variação de, 356%.

É possível observar também uma variação significativa da conta de operações de crédito no ano de 2019 – 2020, onde foi registrado uma variação de, 773%. Durante o período de 2014 a 2022, as receitas de operação de créditos tiveram uma variação positiva de 7.893%.



Quadro 6: análise vertical das receitas públicas

Conta pública	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receita Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Receitas Correntes	95%	97%	96%	97%	97%	97%	91%	94%	92%
Impostos	14%	11%	14%	15%	19%	18%	16%	19%	19%
IPTU	3%	3%	3%	3%	5%	4%	4%	4%	16%
ITBI	2%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	3%	0%
ISQN	7%	6%	7%	8%	10%	9%	8%	10%	0%
Taxas	3%	6%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%
Transferências Correntes	63%	63%	65%	61%	63%	63%	62%	60%	58%
Receitas de Capital	2%	1%	2%	2%	2%	3%	9%	6%	8%
Operações de Crédito	0%	0%	0%	0%	0%	1%	7%	4%	4%

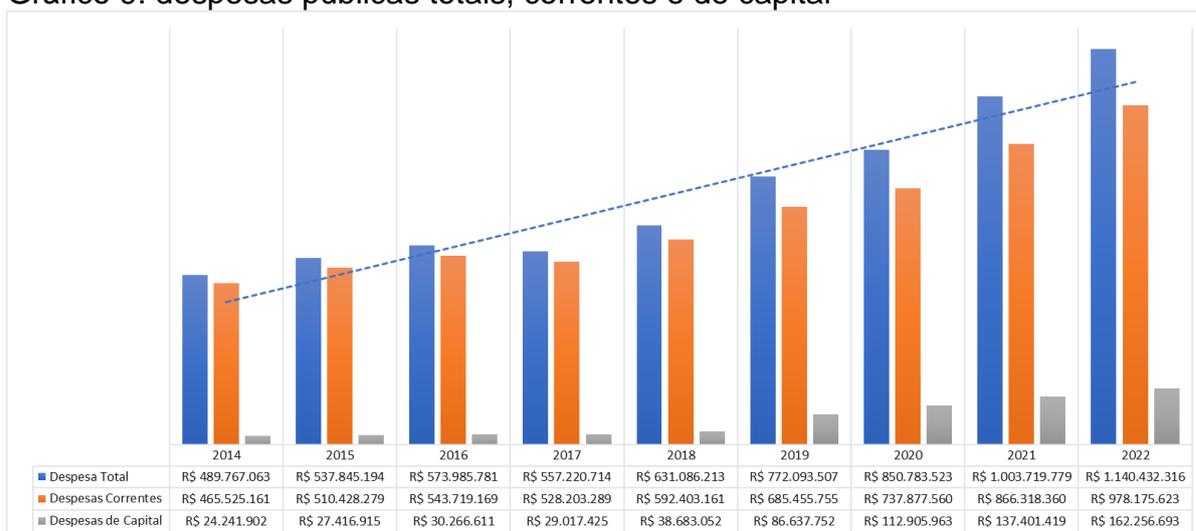
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023).

Através do Quadro 6, é possível observar que as receitas oriundas de transferências correntes representam o maior percentual sobre a receita total. É possível observar também que as receitas de impostos tiveram um aumento no seu percentual sobre a receita total durante o período analisado, onde no ano de 2014 representa 14% da receita total, e no ano de 2022 representa o percentual de 19%. Destaca-se que as receitas de capital tiveram uma variação positiva considerável sobre o total da receita, passando de 2% sobre a receita total em 2014, para 8% em 2022.

4.6 BLOCO 6 – DESPESAS PÚBLICAS

A seguir, faremos a análise das do comportamento das despesas públicas, que serão analisadas através do Gráfico 9, da Quadro 7 e da Quadro 8.

Gráfico 9: despesas públicas totais, correntes e de capital



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao analisar o Gráfico 9, é possível observar nas despesas totais um aumento constante dos anos de 2014 a 2016, com uma queda no ano de 2017, e novamente um crescimento constante do ano de 2018 a 2022. Este comportamento também foi



observado nas contas de despesas correntes e despesas de capital.

Quadro 7: análise vertical das despesas públicas

Conta pública	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total Geral da Despesa	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Despesas Correntes	95%	95%	95%	95%	94%	89%	87%	86%	86%
Pessoal e Encargos Sociais	45%	45%	44%	46%	43%	41%	41%	38%	37%
Despesas de Capital	5%	5%	5%	5%	6%	11%	13%	14%	14%
Investimentos (imobilizados)	4%	4%	4%	4%	5%	9%	11%	11%	9%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Por meio do Quadro 7, é possível observar que as despesas correntes tiveram uma variação negativa em relação às despesas totais, onde no ano de 2014 as despesas correntes representaram um percentual de 95% das despesas totais, enquanto no ano de 2022 representaram 86% das despesas totais.

Destacam-se as despesas com pessoal e encargos sociais, que no ano de 2014 representaram um total de 45% das despesas totais, e no ano de 2022 representaram o percentual de 34% sobre as despesas totais. Também é possível observar que as despesas de capital registraram uma variação positiva a partir do ano de 2017 a 2022, onde representou o percentual de 5% sobre o total das despesas em 2017, e no ano de 2022 representou 14% do total das despesas. Destacam-se as despesas com investimentos, que registraram um aumento de 4% registrado em 2017, para o percentual de 9% em 2022.

Quadro 8: análise horizontal das despesas públicas

Conta pública	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2014-2022	Média 2014-2022
Total Geral da Despesa	9,82%	6,72%	-2,92%	13,26%	22,34%	10,19%	17,98%	13,62%	132,85%	11,38%
Despesas Correntes	9,65%	6,52%	-2,85%	12,15%	15,71%	7,65%	17,41%	12,91%	110,12%	9,89%
Pessoal e Encargos Sociais	9,54%	3,39%	2,50%	5,29%	14,97%	12,75%	7,73%	10,82%	89,13%	8,37%
Despesas de Capital	13,10%	10,39%	-4,13%	33,31%	123,97%	30,32%	21,70%	18,09%	569,32%	30,84%
Investimentos (imobilizados)	6,47%	13,79%	-1,81%	35,71%	137,34%	38,42%	12,28%	-6,32%	457,89%	29,49%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao analisar o Quadro 8, é possível observar o total geral das despesas teve um aumento significativo no período de 2014 a 2022, registrando um aumento de 132,85% durante o período, uma média de 11,38% ao ano. É possível observar também que as contas de despesas de capital apresentaram um aumento considerável durante o período, registrando um aumento percentual de 569,32%, uma média de 30,84% ao ano. Esse aumento pode ser justificado pelo aumento das despesas com investimento, que teve o crescimento médio de 2014 a 2022 de 29,49%.

4.7 BLOCO 7 – DESPESAS PÚBLICAS POR FUNÇÃO

A seguir, será feita a análise das despesas públicas por função, através da Quadro 9, quadro 10, quadro 11, gráfico 10 e gráfico 11.

Quadro 9: despesas públicas por função

Ano	Saúde	Educação	Administração	Transporte	Assistência Social	Saneamento	Desporto e Lazer	Segurança Pública	Cultura	Habitação
2014	R\$ 181.263.544	R\$ 124.606.585	R\$ 78.161.245	R\$ 8.099.938	R\$ 14.179.353	R\$ 1.701.845	R\$ 2.830.465	R\$ -	R\$ 2.359.277	R\$ 578.280
2015	R\$ 193.703.778	R\$ 138.820.009	R\$ 80.378.111	R\$ 10.222.322	R\$ 15.164.896	R\$ 3.890.221	R\$ 4.038.774	R\$ 10.428.688	R\$ 2.121.616	R\$ 544.875
2016	R\$ 191.699.522	R\$ 153.933.879	R\$ 82.887.125	R\$ 13.707.221	R\$ 15.565.435	R\$ 5.460.816	R\$ 3.357.282	R\$ 12.308.824	R\$ 775.470	R\$ 458.023
2017	R\$ 187.423.969	R\$ 153.875.925	R\$ 89.837.139	R\$ 3.802.224	R\$ 13.124.130	R\$ 9.073.837	R\$ 2.774.090	R\$ 5.071.926	R\$ 816.510	R\$ 330.009
2018	R\$ 207.634.265	R\$ 169.995.247	R\$ 134.609.092	R\$ 4.729.161	R\$ 15.191.395	R\$ 11.451.294	R\$ 6.276.975	R\$ 2.614.858	R\$ 929.176	R\$ 601.755
2019	R\$ 225.802.408	R\$ 196.961.093	R\$ 190.523.948	R\$ 30.345.110	R\$ 16.463.960	R\$ 10.402.498	R\$ 7.614.877	R\$ 2.907.766	R\$ 936.647	R\$ 410.573
2020	R\$ 269.881.431	R\$ 197.066.823	R\$ 182.576.768	R\$ 65.495.124	R\$ 14.743.356	R\$ 7.599.067	R\$ 11.382.546	R\$ 3.296.040	R\$ 2.147.855	R\$ 618.262
2021	R\$ 283.972.525	R\$ 218.826.158	R\$ 228.924.151	R\$ 58.067.764	R\$ 20.385.180	R\$ 12.954.344	R\$ 14.212.120	R\$ 2.666.062	R\$ 1.201.887	R\$ 452.420
2022	R\$ 280.522.842	R\$ 296.877.538	R\$ 170.966.643	R\$ -	R\$ 32.021.300	R\$ 17.683.393	R\$ 13.315.505	R\$ 4.469.295	R\$ 1.283.446	R\$ 344.655
Total	R\$ 2.021.904.284	R\$ 1.650.963.258	R\$ 1.238.864.223	R\$ 194.468.863	R\$ 156.839.005	R\$ 80.217.314	R\$ 65.802.633	R\$ 43.763.459	R\$ 12.571.885	R\$ 4.338.851

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao analisar as despesas públicas por função, conforme o Quadro 9, é possível observar um constante aumento nas contas, do ano de 2014 a 2022. Observa-se também que as maiores despesas durante o período analisado estão concentradas nas despesas com saúde, educação e administração.

Quadro 10: análise vertical das despesas públicas por função

Conta pública	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total da Despesa	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Saúde	37%	36%	33%	34%	33%	29%	32%	30%	26%
Educação	25%	26%	27%	28%	27%	26%	23%	23%	28%
Administração	16%	15%	14%	16%	21%	25%	21%	24%	16%
Assistência Social	2,90%	2,82%	2,71%	2,36%	2,41%	2,13%	1,73%	2,15%	2,97%
Transporte	1,65%	1,90%	2,39%	0,68%	0,75%	3,93%	7,70%	6,11%	0%
Saneamento	0,35%	0,72%	0,95%	1,63%	1,81%	1,35%	0,89%	1,36%	1,64%
Desporto e Lazer	0,58%	0,75%	0,58%	0,50%	0,99%	0,99%	1,34%	1,50%	1,24%
Habitação	0,12%	0,10%	0,08%	0,06%	0,10%	0,05%	0,07%	0,05%	0,03%
Cultura	0,48%	0,39%	0,14%	0,15%	0,15%	0,12%	0,25%	0,13%	0,12%
Segurança Pública	0%	1,94%	2,14%	0,91%	0,41%	0,38%	0,39%	0,28%	0,41%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao analisar o Quadro 10, onde é demonstrada a análise vertical das despesas públicas por função, é possível observar que as despesas com saúde tiveram uma diminuição no percentual sobre o total da receita, onde no ano de 2014 as despesas com saúde representaram 37% das despesas totais, e no ano de 2022 esse percentual foi de 26%. As demais contas, embora tiveram variações positivas e negativas durante o período, não tiveram mudanças significativas.

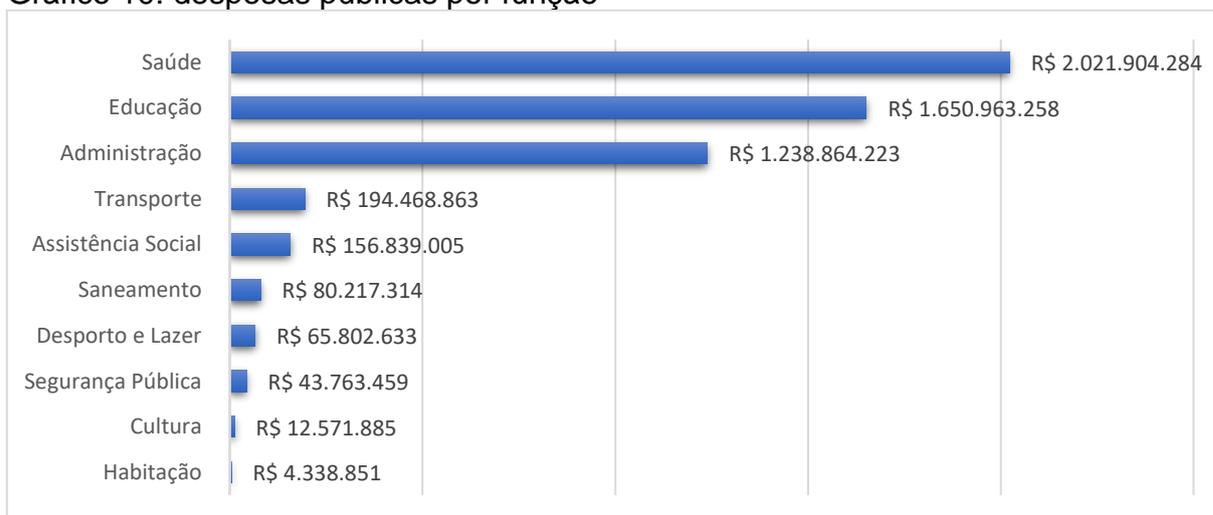
Quadro 11: análise horizontal das despesas públicas por função

Conta pública	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2014-2022	Média 2014-2022
Total Geral da Despesa	10%	7%	-3%	13%	22%	10%	12%	13%	120%	11%
Transporte	26%	34%	-72%	24%	542%	116%	-11%	-100%	-100%	70%
Saneamento	129%	40%	66%	26%	-9%	-27%	70%	37%	939%	42%
Educação	11%	11%	0%	10%	16%	0%	11%	36%	138%	12%
Assistência Social	7%	3%	-16%	16%	8%	-10%	38%	57%	126%	13%
Desporto e Lazer	43%	-17%	-17%	126%	21%	49%	25%	-6%	370%	28%
Administração	3%	3%	8%	50%	42%	-4%	25%	-25%	119%	13%
Segurança Pública	100%	18%	-59%	-48%	11%	13%	-19%	68%	100%	10%
Saúde	7%	-1%	-2%	11%	9%	20%	5%	-1%	55%	6%
Cultura	-10%	-63%	5%	14%	1%	129%	-44%	7%	-46%	5%
Habitação	-6%	-16%	-28%	82%	-32%	51%	-27%	-24%	-40%	0%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao analisar o Quadro 11, onde é demonstrada a análise horizontal das despesas públicas por função, é possível destacar que todas as despesas por função registraram uma variação positiva durante o período analisado, registrando uma variação média de 11% ao ano. Destacam-se as despesas com saneamento

Gráfico 10: despesas públicas por função



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Analisando o Gráfico, é possível observar que os maiores gastos estão nas áreas de Educação, Saúde e Administração, com valores de R\$ 1.650.963.258, R\$ 2.021.904.284 e R\$ 1.238.864.223, respectivamente. Essas áreas recebem um volume significativo de recursos, indicando a priorização desses setores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos indicadores financeiros e das contas patrimoniais na gestão pública, com foco na análise da Prefeitura de Criciúma-SC, é de extrema importância para compreender a situação financeira e patrimonial de uma instituição pública. Neste contexto, foi possível observar diversos aspectos relevantes relacionados à gestão dos recursos públicos e ao uso adequado dos bens patrimoniais.

Além disso, a análise das contas patrimoniais revela a situação dos bens e direitos da Prefeitura de Criciúma-SC. O controle adequado dos ativos e passivos



patrimoniais é fundamental para garantir a transparência na gestão pública e evitar perdas ou desvios.

É evidente que a prefeitura de Criciúma enfrentou um aumento substancial na conta de imobilizado, impulsionado pela aquisição de empréstimos. Embora esse aumento possa indicar um crescimento e desenvolvimento da infraestrutura do município, é fundamental que a administração municipal adote uma abordagem cautelosa e estratégica ao lidar com as finanças públicas.

A gestão responsável desses empréstimos é crucial para garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e que não sobrecarreguem as futuras gerações com dívidas insustentáveis. Além disso, é necessário um monitoramento contínuo dos ativos adquiridos para garantir sua utilização adequada e manutenção adequada. Com um planejamento adequado, transparência nas decisões financeiras e uma gestão eficiente dos ativos, a prefeitura de Criciúma poderá enfrentar os desafios futuros e garantir o desenvolvimento sustentável do município.

Além disso, observa-se que a pandemia da COVID-19 não teve uma interferência significativa nos gastos públicos. Porém, é importante reconhecer que a pandemia da COVID-19 pode ter impactos econômicos a longo prazo e, portanto, é essencial manter uma visão realista e adaptável em relação às finanças municipais.

É importante também ressaltar que a análise dos indicadores financeiros e das contas patrimoniais deve ser realizada de forma contínua e sistemática, buscando acompanhar e avaliar os resultados ao longo do tempo. É necessário estabelecer mecanismos de monitoramento e controle para garantir a confiabilidade das informações contábeis e financeiras, bem como a transparência na gestão pública.

Outro ponto relevante a ser considerado é a capacitação dos profissionais responsáveis pela gestão financeira e patrimonial na administração pública. É essencial investir em qualificação e atualização constante, a fim de garantir o conhecimento adequado das normas contábeis, das melhores práticas de gestão e das ferramentas disponíveis para análise e controle financeiro.

Ao longo do processo de pesquisa, uma das principais dificuldades encontradas foi a coleta de dados, pois os mesmos se mostraram de difícil acesso e interpretação.

Por fim, é fundamental que a gestão pública esteja comprometida com a eficiência, transparência e responsabilidade na utilização dos recursos públicos. A análise dos indicadores financeiros e das contas patrimoniais deve ser vista como uma ferramenta de apoio à tomada de decisões e à busca pela melhoria contínua na gestão dos recursos e patrimônio público.



REFERÊNCIAS

ALVES, Aline. **Contabilidade pública avançada**. Porto Alegre: SER - SAGAH. 2017.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 6. São Paulo: Atlas. 2016.

ARAÚJO, Inaldo. **Contabilidade pública** da teoria à prática. 3. São Paulo Saraiva 2020 1 recurso online ISBN 9788571440913.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 7. São Paulo: Atlas. 2018.

COSTIN, Claudia. **Administração pública**. São Paulo: Elsevier Editora Ltda, 2010. 260 p.

DOTTO, Ana Helena Caneppele et al. **Os impactos financeiros-orçamentários iniciais da crise da Covid-19 nos estados brasileiros e Distrito Federal**. Revista de Tecnologia Aplicada, v. 10, n. 2, p. 36-50, 2021. Disponível em: <http://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RTA/article/view/1668/802#>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FREITAS, Joanneliese de Lucas et al. **Corpo e psicologia: uma revisão da produção científica brasileira na primeira década dos anos 2000**. Psicol. rev. (Belo Horizonte) [online]. 2015, vol.21, n.1, pp. 66-86. ISSN 1677-1168. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682015000100006. Acesso em: 23 out. 2022.

GABARDO, Emerson; MORETTINI, Felipe Tadeu Ribeiro. **Institucionalismo e pesquisa quantitativa como metodologia de análise de decisões judiciais**. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, n. 63, p. 151-180, 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. 120 p. (Educação a Distância). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

GULLO, Maria Carolina. **A Economia na Pandemia Covid-19: Algumas Considerações/The Economy in Pandemic Covid-19: Some Considerations**. ROSA DOS VENTOS-Turismo e Hospitalidade, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/8758>. Acesso em 23 out. 2022.

LEMOS, Alberto dos Santos de (ed.). **Covid-19: guia prático de infectologia**. Barueri: Manole, 2020.



MARTINS, Lucas Candeia *et al.* RESILIÊNCIA FINANCEIRA GOVERNAMENTAL E ENFRENTAMENTO À COVID-19. **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 14, n. 1, p. 117-130, 29 dez. 2020. Revista Gestão Organizacional.

<http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v14i1.5742>. Disponível em:

<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/5742>. Acesso em: 19 out. 2022.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração pública**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2018. 301 p.

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP, conforme Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho de. **Pesquisa científica: conceitos básicos**. Id on-Line Revista de Psicologia, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016. Disponível em:

<<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/390>>. Acesso em: 23 out. 2022.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade pública** uma abordagem da administração financeira pública. 14. São Paulo Atlas 2019 1 recurso online ISBN 9788597021509.

SANTOS, Jaedson Gomes dos; MOTA, Flávio Perazzo Barbosa. A TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL EM TEMPOS DE COVID-19: reflexões do quadro brasileiro. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**, Santos, v. 14, n. 39, p. 3716-3724, 29 maio 2020. Disponível em:

<https://ges.emnuvens.com.br/gestaoesociedade/article/view/3288/1473>. Acesso em: 21 mar. 2022.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011. 376 p.

SILVA, Mygre Lopes da; SILVA, Rodrigo Abbade da. **Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões**. Observatório Socioeconômico da COVID-FAPERGS, 2020. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2022.

STRABELLI, Tânia Mara Varejão; UIP, David Everson. **COVID-19 e o Coração**. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 114, p. 598-600, 2020.